



## AMIGO DO LAGO DA SERRA DA MESA

# **RESPONSABILIDADE CONSTITUCIONAL DAS EMPRESAS**

### ***Caso Serra da Mesa***

#### ***Por Serrano Neves (Diretor do ISN)***

Existe uma ação civil pública em tramitação, dentro da qual serão resolvidas todas as questões relativas às responsabilidades legais e as controvérsias sobre ocorrências da criação do reservatório de Serra da Mesa (doravante denominado simplesmente Lago).

Reuniões de um grupo de trabalho aconteceram sob o patrocínio da CTAP (Comissão Técnica de Análise de Projetos do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos) e nelas a informação circulou como nunca antes, não sem algum conflito, vez que o objetivo dos expositores era diferente.

O lado de cá não tem dúvidas de que Furnas está fazendo o que pode, vez que detém expertise para tal, porém, compreendemos que possa ter razões para não estar fazendo tudo que pode ou deve.

Podemos aceitar que o Lago não esteja em situação de alarme mas, de acordo com o primeiro relatório está em situação de alerta. Talvez a configuração não preocupe o lindeiro que por não ver não crê, mas preocupa quem sabe pelo menos o que é bioacumulação, não constituindo temor infundado que o mal (câncer, Alzheimer, Parkinson etc.) para a saúde venha a ocorrer daqui a 20 ou 30 anos, e assim não podemos aceitar que tal mal seja inerente à atividade econômica ou que os cuidados e advertências pertinentes devam ser deixados para mais adiante.

Nas reuniões passadas o autor expressou sua preocupação com o ser humano como elo final de todas as cadeias causais que tenham partida no Lago, e o fez até com emoção imprópria para temas técnicos.

O Lago é um acumulador, ou seja, tudo aquilo que antes, vindo da bacia de adução, corria águas abaixo hoje é retido, ou se não retido levará alguns anos para ser vertido. O Lago acumula coisas e coisas (algumas nocivas, outras não) que reagem entre si formando outras coisas e coisas (algumas nocivas e outras não) contorno dos gargalos ambientais”.

Os padrões atuais de consumo e dano ao meio-ambiente apontam para o esgotamento dos recursos em 2100 (IV Bial de Estudos Avançados sobre Energia – Unicamp – 2004) e a perspectiva de continuidade da vida com a redução da carga humana a um terço da atual, número que é terrível, vez que grande parte a desaparecer é constituída por dependentes de programas sociais supletivos da capacidade de sobrevivência.

Fazer com que as coisas durem mais implica em tê-las em melhores condições para o usufruto humano e depende de ações sistêmicas que contemplem igualmente melhores condições humanas para o usufruto como idealizado na Constituição vigente para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, através do abrandamento da dicotomia entre a produção de cada mais riquezas (o 10º mais rico) e cada vez mais assistidos (o 65º em desenvolvimento humano).

Não existe pretensão em fazer do caso Serra da Mesa o bode expiatório do modelo de desenvolvimento, e isto está demonstrado pela proposta inicial de Educação Sócio-ambiental feita há mais de dois anos e dentro da qual – ainda entendemos assim – todas as questões seriam debatidas no fórum social comum de suas repercussões.

A evolução da proposta não aconteceu e foi necessário buscar as vias judiciais, nem tanto como solução, mas como chamamento à existência de uma ordem constitucional que atribui às empresas responsabilidade não expressa nas leis inferiores nem nas ISOs, e nem mesmo na propalada e tão bem manejada responsabilidade social, que é uma coisa enquanto o povo pensa que é outra, pela mesma razão da falta de informação, ou pela histórica desnecessidade de prestar contas a quem paga a conta.

Assim é que, do ponto de vista da dignidade da pessoa humana e do direito a um meio-ambiente equilibrado é preciso buscar fora do âmbito do judiciário um facilitador da proteção imediata da saúde e da vida humanas e, concomitantemente, um equacionamento para o uso múltiplo da água.

Na divisão das responsabilidades arrolamos:

- Governos, por ausência de políticas, diretrizes e ações eficazes nos níveis federal, estadual e, notadamente municipal, quanto ao manejo do solo da agricultura e pastagens, de modo a minimizar a perda de solo e seu carreamento junto com fertilizantes e agrotóxicos, diminuindo o assoreamento nos cursos hídricos e os danos decorrentes da superfertilização e intoxicação, cujo destino final é o Lago; e quanto à cobertura do solo e conservação da vegetação ripariana, respectivamente retentores e filtros de água.
- Governos, por ausência de capacidade de investimentos em tratamento e controle de efluentes de esgoto e controle de outros efluentes drenados pelos cursos hídricos afluentes do Lago, principalmente o Rio das Almas que faz a drenagem da maior parte dos municípios da bacia.
- Governos, pela omissão fiscalizatória do uso de mercúrio metálico nos

garimpos, antes da formação do reservatório e ainda, atualmente, em pequena escala clandestina;

- Governos, pela busca do desenvolvimento econômico com altos custos ambientais e sociais, na medida em que constrói panoramas legislativos vagos para contornar as questões ambientais.

Tais apontamentos de responsabilidades parecem não estar sendo devidamente tratados, vez que não há resultados aparentes para serem avaliados e os indicadores apontam para o crescimento dos problemas conseqüentes.

Faltam dois apontamentos de responsabilidade:

1. da atividade econômica quanto à sua função social e defesa do meio-ambiente, princípios esculpidos na Constituição da República, no artigo 170.

2. do povo, quanto ao dever de defesa e preservação do meio-ambiente, contraparte do direito a um meio ambiente equilibrado, no artigo 225.

A responsabilidade de número 2, nós, as ONGs, já assumimos.

Qual, então seria a responsabilidade da atividade econômica identificada como geração hidrelétrica.

Furnas construiu um “acumulador” que funciona também como “gerador” através das reações do que acumula e das reações inerentes a um reservatório de tal porte, e como tal, irradia de modo próximo (uso da água) ou remoto (cadeia alimentar).

Neste passo, deve ficar claro, por repetição, que estamos cuidando de definir um nível de responsabilidade constitucional e considerando que as garantias constitucionais à saúde e à vida não dependem de regulamentação que defina em que limites devam existir.

Assim, ninguém pode deixar de cumprir os princípios constitucionais garantidores da vida e da saúde invocando que não existe lei que regule o bem a ser produzido, pois os limites desse bem são os mesmos da cidadania e da dignidade da pessoa humana, também não imunes de regulamentação.

Como afirmado pelo autor na última reunião, o que as ONGs querem é proteger a saúde e a vida humanas, e isto, no nível constitucional, pode ser tratado fora do âmbito judicial ou legislativo, de onde jamais sairá algum decreto dizendo quem deve ter quanto de saúde ou quem deve morrer ou viver, aonde e quando.

Estamos operando no máximo sentido extensivo da função social da propriedade que alcance todos os ditados sócio-ambientais escritos na Constituição, independentemente de decisão judicial ou legislação, tentando mostrar que o Brasil é composto de seres humanos governados por seres humanos, ambos vivendo dentro das nossas fronteiras, e que o dever de construir uma sociedade livre, justa e solidária é de todos, indistintamente.

Na prática, apenas a diminuição do lixo jogado no chão em todos os

municípios da bacia de adução já apresentaria resultados, vez que próximo de Uruaçu, nas primeiras chuvas, grande extensão é tornada não navegável pelo lixo flutuante, e na boca do Rio das Almas e do Maranhão o autor já recolheu lixo doméstico na forma de embalagens de produtos que não são normalmente usados em acampamentos, como cera de assoalho.

Com sentido prático, o Instituto Serrano Neves instalou-se na posição de articulador e estimulador da Educação Sócio-ambiental como forma de capacitar a coletividade para o cumprimento do seu dever de defender e preservar o meio-ambiente, como pode ser visto no site [www.serrano.neves.nom.br](http://www.serrano.neves.nom.br), e nos documentos iniciais nos quais foram visualizados os parceiros no cenário.

Não arredaremos pé de encontrar a solução através do diálogo direto com todos os envolvidos: ONGs, sociedade não organizada, empreendedores, capitalistas e governos, por entender que a construção da democracia deve ser assim, e ações judiciais podem ser encerradas com o perecimento do objeto.

Estamos com plena disposição para o diálogo construtivo dentro do qual as "culpas" sejam diluídas pelas "soluções".

Somos conscientes que tais soluções demandam grandes prazos, grandes investimentos, e principalmente grandes vocações de capital e grandes vontades políticas, mas somos conscientes também que, para começar, existem encaminhamentos a prazo e investimentos menores, capazes de assegurar um uso múltiplo sustentável e garantir a sinergia social necessária para fixação das soluções na medida em que forem sendo implantadas.

Sem formar a aptidão da coletividade para a defesa e a preservação dificilmente conseguiremos até mesmo proteger a saúde, vez que a não circulação de informações científicas na plataforma social, em versões apropriadas, traz ao cenário o critério da "autoridade" como revelador da verdade, qual seja, alguém que a coletividade reconhece como autoridade (professor, vereador, dono da maior loja etc) desqualifica um laudo técnico com um simples "isso é bobagem desse pessoal", e a verdade fica estabelecida.

Problemas iguais aos do Lago existem nos Estados Unidos e são tratados com o rigor da proteção da saúde humana a ponto de o cidadão poder aferir a dosagem de peixe suspeito de contaminação que pode ingerir sem riscos, tudo público, tudo disponível na internet.

Bem, nosso povo não lê inglês, é formado por 75% de analfabetos funcionais e não tem acesso à internet. Isto justifica que devemos produzir versões acessíveis e disseminá-las por meios adequados, dentro de um amplo processo de construção da cidadania.

Não justifica, entretanto, que devemos deixar humanos expostos, e nem mesmo que sejam assolados por temores fundados - ou infundados - oriundos da ignorância ou da falta de informação democraticamente formatada e acessível, enquanto se discutem índices técnicos e culpas ou

são esperadas decisões de foro final.

Estamos indo as conclusões com alegria, depois de ter ouvido pela segunda vez no áudio gravado da última reunião que temos tudo para sermos parceiros nesta construção, e desta forma, estamos formulando uma proposta de ações gradativas tendentes a concretizar o estabelecimento de uma área de proteção ambiental, conforme indicação da APEGO.

A proposta visa superar os emaranhados burocráticos, os atropelamentos políticos e as diferenças conceituais, de tal sorte que em não sendo constituída uma APA ou em tardando a formação dos comitês de bacias, seja implantada uma cooperação para conservação do Lago e uso múltiplo da água, formada pela união de interesses governamentais, privados e organizacionais presentes na bacia de adução.

É o que trazemos para prosseguimento das conversações fora do âmbito desta Câmara Técnica.

Brasília, 25 de agosto de 2005

  
Serrano Neves  
Diretor Institucional do  
INSTITUTO SERRANO NEVES